

## **A Armadilha da Liberalização – uma homenagem a Bresser-Pereira**

**Intervenção na Mesa: Desenvolvimento, democracia e projeto nacional, Congresso Internacional, Centro Celso Furtado, 19 de agosto de 2022** (debate com Ricardo Bielschowsky, Antônio Lacerda e André Singer).

Vou usar os cerca de 25 minutos que tenho para fazer uma intervenção bresseriana. Uma pequena homenagem ao Bresser Pereira, um dos mais proeminentes economistas da geração posterior à do Furtado e imediatamente anterior à nossa, a dos participantes desta mesa.

Começo dizendo que não basta, para retomar o desenvolvimento, fazer a crítica do neoliberalismo e das barbaridades econômicas da extrema-direita no Brasil e em outros países. Essa crítica foi feita e até de forma exaustiva pela esquerda e pelos desenvolvimentistas, todos aqui participamos disso. Mas o que prevaleceu no Brasil e na maior parte da América Latina desde os anos 1990, nas últimas três décadas, e apesar do período Lula-Dilma, não foi propriamente o neoliberalismo puro e doutrinário, como destaca com razão, por exemplo, Paulo Guedes, um dos ideólogos do neoliberalismo no Brasil. Foi uma combinação eclética de ideais econômica liberais com concessões parciais desordenadas a outras vertentes do pensamento econômico.

O que tivemos se expressa talvez melhor com o que Bresser tentou resumir na expressão “armadilha da liberalização”, em contraposição consciente à mítica “armadilha da renda média”. O que significa a armadilha da liberalização? Trata-se da adoção prematura, arriscada, de medidas de liberalização comercial e financeira, isto é, de um lado, de remoção de entraves aos fluxos internacionais de comércio de bens e serviços e, de outro e em especial, dos controles na conta de capitais do balanço de pagamentos. Uma parte perigosa do ideário neoliberal. Ideias anacrônicas, ou melhor, ideias fora do lugar, para recorrer a uma célebre expressão de outro importante veterano intelectual brasileiro Roberto Schwarz.

Abro aqui um rápido parêntese. Vejam vocês que nós continuamos muito dependentes da contribuição intelectual dos mais velhos. Eu

mesmo, quanto mais velho fico, mais tendo a acreditar a que a juventude é superestimada. Nelson Rodrigues, indagado certa vez por Otto Lara Resende, que recomendação faria aos jovens, respondeu, enfático: “Envelheçam! Rápida e urgentemente!”.

Mas deixo o meu guru literário de lado e volto à economia brasileira. A nossa economia, e boa parte da vizinhança, perdeu dinamismo, cresceu pouco ou nada, em termos per capita, desde a crise da dívida externa da década de 1980. Envelheceu precocemente! Contraste marcante com o Leste da Ásia, especialmente a China, mas não só ela, onde não se comprou a liberalização como instrumento de progresso e onde, não por acaso, não há qualquer traço da armadilha de renda média. Pode-se fazer o diabo, juntar uma dezena de economistas do Banco Mundial e outra dezena de consultores, pedir a eles que revirem o Leste da Ásia de alto a baixo e escrevam um relatório de umas 400 páginas. Não encontrarão, lamentavelmente, nenhuma pegada da armadilha da renda média. Só restará disfarçar o fracasso da empreitada e arquivar discretamente o volumoso *report*.

No Brasil, houve nesse meio tempo o interregno Lula/Dilma, mas os petistas não conseguiram se liberar inteiramente dos preconceitos dos seus adversários políticos e econômicos tradicionais. Quem não percebia o secreto, nem tão secreto, às vezes mal disfarçado, parentesco entre petistas e tucanos. Alguns petistas eram, na verdade, tucanos de bico vermelho. E eu, como carioca, lembro: paulistas muitos deles. (A observação é fútil, mas não totalmente arbitrária e irrelevante para o tema em discussão. Sem intensas rivalidades estaduais, amigos paulistas, não há desenvolvimento. E a ascensão de São Paulo? Não sei se fez tanto bem ao Brasil.)

Reparem que tem alguma razão a extrema direita, no Brasil ou na Europa, em falar da existência de um bloco tradicional, que inclui a centro direita e a social-democracia, no nosso caso o PSDB e o PT, adversários cordiais e civilizados, que se revezam no poder e comungam frequentemente apoio e adesão a políticas hostis ao desenvolvimento e estagnacionistas. Em muitos países europeus, os partidos tradicionais têm sido esmagados, em parte por isso. A França é um caso notável. Em alguns outros países, EUA e Reino Unido, a extrema direita se infiltrou e dominou os partidos da direita tradicional, os Republicanos nos EUA, os

Conservadores na Inglaterra. No Brasil, o PSDB praticamente desapareceu e o PT está sob constante ameaça de infiltração. Infiltração pode parecer uma palavra forte, mas não creio que seja.

A esperança seria o PT, sob comando de Lula, se dar conta, sem vacilações, de que o Brasil precisa de um projeto *realmente nacional* de desenvolvimento. E que isso significa afastar-se mais clara e decisivamente dos preconceitos do sistema financeiro e do rentismo. A frente ampla permitirá isso? Tema para outro debate.

Mas o que é, afinal, a armadilha da liberalização de que fala o Bresser? É pesada e de difícil reversão, sem dúvida. A palavra armadilha se justifica. E como dizia um grande brasileiro, injustamente esquecido, Dilson Funaro, não se sai de uma armadilha pedindo licença!

Sem pretender esgotar um vasto tema, dou algumas rápidas pinceladas. No campo comercial, tivemos as medidas abrangentes de redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias desde o começo da década de 1990, a partir do governo Collor, que expuseram, muitas vezes de forma abrupta, a economia nacional, em particular a indústria brasileira, a uma competição desigual com importações. Desigual por causas das desvantagens competitivas estruturais (e nunca enfrentadas) das empresas que operam em território nacional, inclusive as de capital estrangeiro. Refiro-me ao chamado Custo Brasil que inclui desde deficiências de infraestrutura, carga tributária excessiva até custos financeiros proibitivos e períodos recorrente de apreciação cambial. A isso se acrescentam fragilidades dos mecanismos de defesa comercial, o que expõe a produção nacional às tempestades da competição desleal e predatória com produção estrangeira subsidiada.

Ao mencionar câmbio valorizado e juros altos, chegamos já à dimensão financeira da armadilha. Submetida a essa pesada combinação, a economia não consegue decolar, limitando-se geralmente aos voos de galinha. Papel crucial teve a ideia perigosíssima de abrir a conta de capitais, contribuição do governo Fernando Henrique Cardoso. A liberdade de entrar e sair do país com capital, aceitável em ou recomendável para países desenvolvidos, é veneno para subdesenvolvidos como nós, pois limita a autonomia nacional e cria vulnerabilidades cambiais e financeiras de natureza persistente.

Como disse, reverter tudo isso não é fácil. É um *verdadeiro trabalho de descolonização da economia brasileira*. Foram décadas de barbearagem, obra de uma geração de economistas e políticos apátridas, para lançar mão de uma expressão célebre de De Gaulle, outro ancião venerável.

Mas não é impossível. *O que é, afinal, o impossível? É aquilo que vamos fazer enquanto alguns proclamam alertas sinistros sobre a irreversibilidade do passado e o fracasso fatal do nosso voluntarismo.*

Sem o voluntarismo, parafraseando Fernando Pessoa, “o que é o homem, mais que a besta sadia, cadáver adiado que procria?”.

Nossos trunfos são maiores do que às vezes se pensa. O tempo que tenho hoje nesta mesa não permite fazer justiça a eles. O maior deles é a dimensão do nosso País. Fiz alusão a isso quando escolhi para título do meu livro mais recente: “O Brasil não cabe no quintal de ninguém”, que o Ricardo Bielschowsky teve a gentileza de mencionar. Por suas dimensões territoriais, demográficas e econômicas o nosso País é um dos gigantes do mundo. O nosso papel, inclusive, tem de ser global. E *o projeto nacional brasileiro tem que ser universal!*

Temos que honrar o apelo de Furtado, apelo que sempre me emociona e cito de memória: a geração dele, dizia, sempre acreditara e as posteriores teriam que continuar acreditando que o Brasil tem um papel a desempenhar na definição do futuro da humanidade.

Mas baixo um pouco de novo para a economia e os nossos trunfos nessa área. Um aspecto importante: não estamos amarrados, ainda, a acordos intrusivos e antidesenvolvimento, tipo Área de Livre Comércio da Américas – a Alca. Como projeto de Washington que almejava abranger todo o Hemisfério Ocidental, a Alca foi desativada pela ação da diplomacia brasileira no governo Lula. O acordo Mercosul/União Europeia, no padrão Alca, foi negociado e finalizado no governo Bolsonaro, mas não ratificado. A entrada do Brasil na OCDE, pleiteada desde o governo Temer, ainda não aconteceu.

Nossas mãos estão em grande medida livres para retomar as alavancas do desenvolvimento. Está a nosso alcance desfazer o que foi feito unilateralmente desde Collor.

Temos, além disso, reservas internacionais elevadas, acumuladas no período Lula/Dilma. Temos o regime cambial adequado – câmbio flutuante administrado ou administrável. Chegamos a ele em 1999, aos trancos e barrancos, mas chegamos. A dívida pública externa ou indexada ao dólar é modesta, inferior às reservas internacionais.

Ademais, é baixo o grau de dolarização da economia brasileira. Temos moeda nacional, até recentemente com inflação baixa e controlada. Precisamos desfazer as medidas potencialmente dolarizantes, como o marco cambial aprovado no governo Bolsonaro. E retomar o controle da inflação, em parte importada.

Mais complicada é a questão dos movimentos internacionais. Deixaram o gênio escapar da garrafa. Cabe, contudo, voltar a fechar seletivamente a conta de capitais. Não é impraticável, e é necessário, inclusive por outros motivos – para viabilizar a tributação dos super-ricos. Com a livre saída de capitais, a tentativa de tributar de forma mais justa as altas rendas e as grandes fortunas, que têm no Brasil um paraíso fiscal, pode redundar em fuga de capitais para o exterior.

Em resumo, a armadilha da liberalização, criticada por Bresser e outros, é uma construção social e não uma fatalidade da natureza ou da história. Pode ser e será superada.